




1 Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às quatorze horas e quarenta e
2 nove minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e
4 quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a Décima Terceira Plenária do Décimo Sétimo
5 Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Nessa ocasião, estavam presentes entre
6 conselheiros e convidados: Rogério Giannini, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Célia
7 Zenaide da Silva, Clarissa Paranhos Guedes, Cleia Oliveira Cunha, Fabian Javier Marin
8 Rueda, Iolete Ribeiro da Silva, Jureuda Duarte Guerra, Júnia Maria Campos Lara, Maria
9 Márcia Badaró Bandeira, Marisa Helena Alves, Rosane Lorena Granzotto. Pedro Paulo
10 Bicalho deu início à Sessão Plenária saudando a todos e solicitou prioridade para discussão
11 dos pontos da Assembleia de Políticas Administrativo Financeiras (APAF). **1. Grupo de**
12 **Trabalho (GT) sobre Revisão da política de orientação e fiscalização do Sistema**
13 **Conselhos de Psicologia.** Júnia Lara informou sobre encaminhamentos dados por esse GT.
14 Ao proceder às tarefas que lhe foram designadas pela APAF, esse GT percebeu a
15 necessidade de expandir suas tarefas. O GT propôs a reestruturação da normatização que
16 regulamenta o Sistema Conselhos. A respeito da Política de Orientação e Fiscalização
17 (POF), por exemplo, há proposta de se compilar tudo o que se refere à orientação e
18 fiscalização em um único Marco Regulatório. Ainda consolidar as resoluções sobre
19 questões administrativas, bem como as questões sobre exercício profissional, cada qual em
20 um corpo legal. É preciso obter posicionamento do CFP e do Sistema Conselhos sobre
21 determinadas técnicas, como o *coaching*. Um dos temas discutidos foi "Novas Práticas em
22 Psicologia" e sua regulação. Pretende-se levar, para APAF de maio do próximo ano, uma
23 minuta de resolução sobre a POF. Sobre esse aspecto, o Conselho Regional de Psicologia
24 (CRP)-06, pediu providências ao CFP para alterar determinadas resoluções, não obstante
25 integrar o GT que trata exatamente do pleito. Por esse motivo, foi solicitada resposta ao
26 CRP solicitando que se intere das atividades do GT. Quanto à revisão da Resolução do
27 CFP nº 006/2007 (Código de Processamento Disciplinar), quer-se alcançar celeridade,
28 ampla defesa, economia processual. Tendo em vista que esse GT pretende discutir sobre
29 inscrição secundária de profissionais, este plenário não pautará a APAF sobre o assunto,
30 conforme se pretendia anteriormente. **2. Grupo de Trabalho Demandas do Judiciário e**
31 **Ministério Público aos Psicólogos que atuam nas Políticas de Saúde e Assistência**
32 **social.** Jureuda Guerra comentou que o único CRP que responde as comunicações desse
33 GT é o CRP-11. Tendo em vista a gravidade do tema, é preciso considerar que o GT não
34 cumpriu a tarefa que lhe fora atribuída pela APAF. Por esse motivo, o plenário concordou
35 em levar esse problema à assembleia e apresentar as tentativas de contato com os membros
36 desse GT, de modo que ele atualize sua composição. Além disso, será proposta a
37 atualização de um documento base sobre o assunto, já produzido e disponibilizado no site
38 do CFP com aprovação do GT. O plenário decidiu, ainda, tendo em vista a transversalidade
39 do tema com a Assistência Social, propor a presença da Comissão Nacional de Psicologia
40 na Assistência Social (CONPAS) na coordenação do GT. Assim, na próxima reunião
41 telefônica, uma representante da CONPAS e o conselheiro Paulo Aguiar deverão ser
42 convidados para participar. O GT continuará, portanto, com suas atividades e proporá
43 maior incidência com o Judiciário. **3. Grupo de Trabalho de Comunicação.** Realizou-se
44 consulta aos CRPs sobre questões da comunicação feita internamente ao Sistema
45 Conselhos e, também, da comunicação externa, como propagandas dirigidas ao público
46 infantil e mídias sociais. Esta gestão proporá criação de um GT sobre Trabalho de
47 Comunicação durante a próxima APAF. **4. Grupo de Trabalho de Tecnologia de**
48 **Informação.** De acordo com pleito dos CRPs, foi dito ser necessário criar um sistema
49 único de tecnologia de informação, mais ágil e barato, para todo o Sistema Conselhos.
50 Assim, a equipe técnica propõe a criação de um comitê ou grupo para tratar do assunto. **5.**

51 **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - Pnpics.** O Plenário
52 avaliou haver duas possibilidades a serem deliberadas na APAF: incluir a discussão já
53 existente no referido GT sobre Revisão da política de orientação e fiscalização do Sistema
54 Conselhos de Psicologia, tendo em vista já haver essa discussão ou criar um novo GT
55 específico para tratar do assunto. As possibilidades serão sugeridas durante a assembleia.
56 **6. Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social.** Rogério Giannini apresentou
57 considerações a respeito da institucionalidade híbrida da CONPAS. Criada na gestão
58 anterior, ela é composta por representantes regionais em uma tendência política de
59 horizontalidade, como se um CRP designasse um representante federal a respeito de um
60 tema, com autonomia para deliberar sobre o tema. Isso abriria a possibilidade de a APAF
61 criar comissões para cada tema, o que seria um modo de ingerir na gestão do próprio CFP.
62 Foi salientado que, se comissões detêm autonomia política, o plenário é dotado para
63 deliberar definitivamente sobre o que lhe é atribuído. Por outro lado, não seria possível
64 usar o argumento de que o Regimento Interno da APAF não contempla a hipótese de
65 criação de comissões, pois também não existe essa previsão no que diz respeito a GTs. O
66 posicionamento adotado será, então, de que o CFP é hábil para criar comissões temáticas,
67 devendo estas permanecerem no âmbito do próprio conselho, e não da APAF, sendo
68 possível reunir seus membros de modo semestral. Acontece que, por deliberação da APAF,
69 fez-se uma minuta que, se aprovada, poderia abrir precedentes para que esse tipo de
70 embaraçamento comece a acontecer. Foi dito que, de fato, depois do Congresso Nacional
71 de Psicologia, a APAF é a instância maior. Mas ela o é apenas superior naquilo que se
72 refere a suas atribuições específicas, e não sobre todas as coisas. Em suma, na APAF, o
73 CFP defenderá que a CONPAS é uma comissão do CFP, e não da APAF. **7. Grupo de**
74 **Trabalho de Revisão da Resolução CFP N° 11/2012.** Rosane Granzotto leu minuta de
75 resolução que trata de prestação de serviços psicológicos realizados por meios de
76 tecnologias da informação e da comunicação. Dentre outras coisas, a nova proposta não
77 limita o número de sessões e, de acordo com pleito dos CRPs, questões como atendimento
78 de menores de idade e casos de emergências e desastres foram contemplados. Ademais, é o
79 profissional que será fiscalizado, e não o site, conforme regra anterior. Os presentes
80 fizeram várias sugestões de alteração na minuta apresentada e concordaram em apresentá-
81 la à APAF, conforme anexo deste documento. **8. Grupo de Trabalho de Estudo e**
82 **elaboração de uma proposta de implantação de nova Carteira de Identidade**
83 **Profissional (CIP) de psicólogo.** Clarissa Guedes informou que se pretende apresentar
84 novo modelo de CIP até a APAF de maio de dois mil e dezoito. Antes disso, contudo, o
85 GT deverá dar conhecimento dos estudos realizados para a implantação da nova CIP aos
86 CRPs, mas a decisão final dependerá, basicamente, da criação efetiva do referido Grupo de
87 Trabalho de Tecnologia de Informação. O CFP ainda proporá à APAF a inversão do nome
88 do psicólogo com o nome social, deixando o nome do registro civil para o campo
89 “observação”. Os que desejarem essa inversão do nome na CIP não terão de pagar a taxa
90 de segunda via. O Plenário fez diminutas alterações na minuta apresentada e a aprovou. **9.**
91 **Grupo de Trabalho do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas**
92 **Públicas (CREPOP) sobre Política Indutora.** Clarissa Guedes disse que, na última
93 reunião do Conselho Consultivo do CREPOP, foi acordado realizar a etapa regional da
94 Referência de Direitos Sexuais e Reprodutivos no primeiro semestre de dois mil e dezoito
95 e iniciar a pesquisa da Rede de Atendimento Psicológicos Sociais (RAPS) no segundo
96 semestre do mesmo ano. Pretende-se, também, propor a produção de uma série sobre
97 Psicologia e Povos Tradicionais, Indígenas e Quilombolas. É importante que este GT seja
98 discutido na próxima APAF a fim de que as pesquisas programadas para o próximo ano
99 sejam efetuadas. Quanto ao tema “Homens autores de violência de gênero contra a
100 mulher”, optou-se por sugeri-lo futuramente. **10. Revisão da Resolução CFP n° 002/2003.**

101 Fabian Rueda apresentou minuta de alteração do documento, que ainda não foi enviada aos
102 CRPs. Duas alterações, propostas pela Gerência Jurídica (GJUR), foram aprovadas pelo
103 plenário, que autorizou seu envio aos CRPs. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo
104 Gastalho de Bicalho, Secretário-Geral do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os
105 presentes _____ acima nomeados e
106 referenciados _____.

  
Clarema P. Guedes
Pina
